

CASADO, PLÍNIO

*dep. fed. RS 1897-1899 e 1924-1930; interv. RJ 1930-1931; min. STF 1931-1938.

Plínio de Castro Casado nasceu em Porto Alegre no dia 30 de setembro de 1870, filho do major Manuel Bento da Fontoura Casado e de Adelaide Barreto de Castro Casado.

Estudou nos colégios Gomes e Sousa Lobo e no Seminário Episcopal de Porto Alegre, e depois seguiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito em 1886. Proclamada a República (15/11/1889), obteve nomeação para a secretaria da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Ali exerceu a função de amanuense, de fevereiro de 1890 a março de 1891. Em seguida, foi nomeado promotor público de São João do Monte Negro, atual Montenegro (RS). Permaneceu no cargo até novembro de 1891, quando retornou a São Paulo a fim de concluir o curso de direito. Bacharelou-se em dezembro de 1892 e regressou ao estado natal. De 1893 a 1896, foi promotor público de Porto Alegre.

Em 1897, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Federalista. Findo o mandato em 1899, no ano seguinte passou a se dedicar à advocacia em Porto Alegre e de abril a dezembro foi assessor jurídico da prefeitura da cidade. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, cuja direção chegou a assumir interinamente. Na qualidade de professor catedrático, regeu, durante 20 anos, a cadeira de direito público e constitucional. Em caráter interino, ocupou algumas vezes as cadeiras de direito penal, direito internacional público e direito administrativo. Entre seus alunos destacaram-se João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, de quem viria a tornar-se amigo pessoal.

Em maio de 1921, Casado mostrou-se solidário a Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do governo estadual, quando este negou o apoio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) à candidatura de Artur Bernardes à presidência da República e preferiu apoiar a candidatura Nilo Peçanha. Na ocasião discursou em nome da população de Porto Alegre em manifestação pública de aprovação da atitude do presidente gaúcho. No entanto, em 1923 apontou fraudes e corrupções no governo de Borges de Medeiros para, ao lado de outros, reivindicar a impugnação do pleito em que, pela quinta vez, Borges se leu presidente do estado. A animosidade contra a recondução de Borges de Medeiros ao poder

culminou com a luta armada que opôs libertadores a republicanos.

Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1924 na legenda da Aliança Libertadora, e reeleito em 1927 e 1930, foi líder da oposição nos governos Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Assim, já em novembro de 1924, em nome da representação de seu partido na Câmara, manifestou-se a favor dos revolucionários que haviam ocupado São Paulo em julho, reclamou a anistia como medida política e lastimou a aliança efetuada entre Borges de Medeiros e Artur Bernardes no combate aos revoltosos. Em 1928, quando se tornou público que Júlio Prestes, então presidente de São Paulo, seria o candidato de Washington Luís à sucessão presidencial, Plínio Casado e João Batista Luzardo foram sondados pelos republicanos mineiros Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, este presidente de Minas Gerais, sobre o possível apoio do Partido Libertador (PL) gaúcho ao republicano Getúlio Vargas, como forma de impedir o advento de uma segunda presidência paulista. Segundo os políticos mineiros, Vargas deveria ser apontado não apenas por um partido, mas sim pelo estado, para evitar que o governo central, aliando-se ao partido contrário, anulasse sua candidatura. Batista Luzardo foi credenciado a expor o plano a Joaquim Francisco de Assis Brasil, líder do PL, e este, convencido da relevância de tais articulações, decidiu aliar-se ao PRR, liderado por Borges de Medeiros, seu antigo opositor político. Em setembro de 1929, Casado explicou na tribuna da Câmara as origens e os propósitos da Frente Única Gaúcha (FUG), que reuniu o PL e o PRR e serviu de base para a organização da Aliança Liberal no Rio Grande do Sul.

Ao lado de Evaristo de Moraes, Plínio Casado advogou em defesa do deputado pelo Rio Grande do Sul Ildefonso Simões Lopes, que em 26 de dezembro de 1929 assassinou na Câmara o representante pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. O mandatário gaúcho afirmava ter agido em legítima defesa de seu filho, Luís Simões Lopes, evitando que ele fosse apunhalado por Sousa Filho. O tribunal encarregado do julgamento acatou essa alegação, e em agosto do ano seguinte o absolveu.

Em outubro de 1930, eclodiu a revolução articulada pelos aliancistas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com o fim de impedir que Júlio Prestes, candidato vitorioso nas eleições, assumisse a presidência da República. Vitorioso o movimento (24/10/1930), Plínio Casado foi empossado em 29 de outubro governador provisório do estado do Rio de Janeiro. Com a ascensão de Vargas ao poder em 3 de novembro, foi confirmado no cargo

em 14 de novembro, como interventor federal. Tal nomeação, entretanto, efetuou-se por imposição da ala revolucionária tenentista, liderada por Osvaldo Aranha, contra a vontade de elementos do estado. Estes só a aceitaram em caráter provisório, certos de que o fluminense Maurício de Lacerda, também revolucionário, viria a assumir posteriormente a interventoria.

O desconhecimento dos problemas locais revelado por Plínio Casado prejudicou sua administração e acirrou ainda mais os ânimos de seus opositores, que, em fevereiro de 1931, articularam um golpe armado com vistas à sua deposição. Submetido a tais pressões políticas e diante da possibilidade de assumir uma vaga que se abria no Supremo Tribunal Federal (STF), Casado pediu exoneração e em 30 de maio deixou a interventoria fluminense, onde foi substituído pelo general João de Deus Mena Barreto. Pouco depois, em 1º de junho, obteve a nomeação para o STF. No tribunal, exerceu durante um ano a presidência da primeira turma julgadora, constituída pelos ministros João Martins de Carvalho Mourão, Laudo Ferreira de Camargo, Otávio Kelly e Manuel da Costa Manso. Entre os julgamentos de que participou, destaca-se o de 20 de julho de 1936, relativo ao pedido de *habeas-corpus* impetrado por João Mangabeira em favor de si próprio e de outros acusados de envolvimento na Revolta Comunista de novembro de 1935. Como os demais ministros, votou contra a concessão do pedido.

Em 1937, foi um dos que se empenharam na realização das eleições presidenciais programadas para janeiro do ano seguinte. Considerando irreversível o processo eleitoral, Casado não via ligação entre uma possível suspensão do pleito e o retorno ao estado de guerra requerido por Vargas e aprovado pelo Congresso em 2 de outubro de 1937.

Permaneceu no STF até ser aposentado compulsoriamente, por limite de idade, por decreto de 1º de outubro de 1938. Dado seu interesse pelas atividades literárias, fundou com alguns escritores a Sociedade José Bonifácio.

Afastado da vida pública, faleceu no Rio de Janeiro em 3 de maio de 1964.

Sílvia Pantoja

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*;

LACOMBE, L. *Chefes*; LAGO, L. *Supremo*; MELO, L. *Subsídios*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SOUSA, J. *Índice*.